

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PE000649/2010  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 25/10/2010  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR031844/2010  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46213.010554/2010-09  
**DATA DO PROTOCOLO:** 25/10/2010

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDIC DA IND DE INST MANUT DE REDES E TELECOMUNICACAO, CNPJ n. 00.254.217/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MILTON DOS REIS GOMES;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICACOES DE PE, CNPJ n. 12.587.192/0001-63, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCELO BELTRAO CORREIA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Plano da CNPL**, com abrangência territorial em **PE**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS

A partir de 1º maio de 2010, e apenas a partir desta data, ficam fixados os pisos salariais da categoria profissional, de acordo com as seguintes funções e no regime mensal:

a)	Ajudante geral	R\$ 510,00
b)	Ajudante especial e Auxiliar técnico	R\$ 510,00
c)	Atendente	R\$ 510,00
d)	Auxiliar administrativo	R\$ 520,00
e)	Emendador e Linheiro	R\$ 520,00
f)	Cabista e Ligador	R\$ 559,72
g)	Encarregado de canalização	R\$ 586,99
h)	Encarregado de emenda	R\$ 847,75
i)	Encarregado de lançamento	R\$ 659,95
j)	Instalador e reparador de linhas e aparelhos	R\$ 520,00

k)	Técnico de rede e telecomunicações	R\$ 979,21
l)	Teletendente e Operador de PABX	R\$ 510,00
m)	Telefonista	R\$ 535,00
n)	Técnico de segurança do trabalho	R\$ 1.100,00
o)	Despachante	R\$ 510,00
p)	Almoxarife	R\$ 510,00
q)	Auxiliar de almoxarife	R\$ 510,00

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL**

Os salários vigentes em 1º de maio de 2009 serão reajustados em 1º de janeiro de 2011, mediante aplicação dos percentuais seguintes: 4% (quatro por cento) para os empregados com salários de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); e, os empregados que perceberem mais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) deverá prevalecer a livre negociação com a empregadora.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A fixação do percentual de reajuste salarial, constante desta cláusula, orientou-se pelo princípio da livre negociação e do preceituado na Cláusula Terceira da presente Convenção Coletiva de Trabalho, de maneira que, no citado percentual estão incluídos aumentos reais e reposição de perdas, a qualquer título, ficando assim, transacionado por essa via, todo e qualquer resíduo salarial porventura devido até 30.04.2010, o que expressamente reconhecem as partes.

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DATA DO PAGAMENTO SALARIAL E OUTROS BENEFÍCIOS**

O pagamento do salário do empregado será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços, sendo que os vales-transportes, tickets-alimentação e cesta básica deverão ser distribuídos no último dia útil do mês anterior ao do consumo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de remuneração com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados em papel que as identifique.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas poderão substituir o comprovante em papel por contracheque fornecido por instituição financeira através de terminal eletrônico.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO**

Fica assegurado ao empregado, desde que realizada a opção no momento da comunicação de férias pela empresa, o direito de receber a primeira parcela da gratificação natalina na saída ou no retorno do período de gozo.

## Outras Gratificações

### CLÁUSULA OITAVA - DA GRATIFICAÇÃO POR CONDUÇÃO DE VEÍCULOS

Os empregados que foram admitidos nas empresas antes de 01.05.2008, que para o desempenho normal de suas funções, cumulativamente, dirigir veículos, utilizando-os, impreterivelmente para realização de suas atividades laborais, ou seja, quando a falta do citado veículo implicar na impossibilidade de realização dessas atividades, receberão, mensalmente, uma gratificação no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) proporcionalmente aos dias trabalhados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A gratificação de que cuida esta Cláusula será concedida apenas e tão somente aos empregados que conduzem veículos a serviço das empresas, não fazendo jus os trabalhadores que fizerem uso eventual dos veículos, embora para a execução de suas atividades laborais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não se aplicará a gratificação de que trata esta Cláusula aos empregados que vierem a ser admitidos pelas empresas a partir de 01.05.2008, como àqueles que exerçam suas atividades de coordenação e gerência.

### Adicional de Insalubridade

### CLÁUSULA NONA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O empregado que no desempenho de sua função permaneça em caixas subterrâneas ou trabalhe com chumbo e gás, fará jus ao recebimento de um adicional de insalubridade equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo.

### Adicional de Periculosidade

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Fica assegurado ao empregado que exerça suas atividades próximas às redes elétricas, um adicional, a título de periculosidade, a incidir sobre o salário nominal do empregado, sem efeito retroativo e não cumulativo com a insalubridade, nos termos da Súmula 364 do TST, conforme datas e percentuais abaixo discriminados:

DATAS	PERCENTUAL
01.05.2010	23%
01.05.2011	25%
01.05.2012	30%

### Ajuda de Custo

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AJUDA DE CUSTO ESPECIAL

Fica instituída ajuda de custo especial, na forma estabelecida no art. 457, § 2º da CLT, em caráter emergencial e apenas na vigência da presente Convenção, em favor dos empregados das empresas no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a ser pago na folha de pagamento de julho/2010, não incidindo sobre tais parcelas quaisquer encargos trabalhistas ou previdenciários.

## Auxílio Alimentação

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/06/2010 a 30/04/2011**

As empresas concederão aos seus empregados, a partir de 1º de junho de 2010, e somente a partir desta data, tickets-alimentação no valor de R\$ 8,00 (oito reais) por dia efetivamente trabalhado no mês.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A distribuição do benefício será feita seguindo o previsto na Cláusula Sexta desta Convenção Coletiva de Trabalho e os eventuais ajustes por dias não previstos serão feitos na distribuição do mês seguinte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese de trabalho extraordinário por período superior a 02 (duas) horas e inferior a 04 (quatro) horas diárias e consecutivas, os empregados receberão, um auxílio alimentação no valor de R\$ 4,00 (quatro reais), além do ticket diário previsto no caput desta cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de trabalho extraordinário por um período superior a 04 (quatro) horas diárias e consecutivas, os empregados farão jus a um auxílio alimentação no valor de R\$ R\$ 8,00 (oito reais), além do ticket diário previsto no caput desta cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O benefício previsto nesta cláusula não tem natureza salarial nem constitui base previdenciária, tributária ou para efeitos do FGTS, sendo concedido nos termos da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador e, com a concordância expressa das partes, para compor as demais condições previstas no PAT, haverá um desconto mensal de R\$ 0,01 (um centavo de real) de cada trabalhador que receber o benefício.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O benefício previsto nesta cláusula estende-se aos empregados que estiverem em gozo de licença médica em consequência de acidente de trabalho, licença gestação e durante as férias anuais.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Serão concedidos aos empregados durante as férias anuais 22 (vinte e dois) auxílios-alimentação para os exercentes das funções administrativas e 26 (vinte e seis) para os que exercem as funções operacionais.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESTA BÁSICA

**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/06/2010 a 30/04/2011**

As empresas concederão mensalmente aos seus empregados, a partir de 1º de junho de 2010, uma cesta básica em forma de auxílio alimentação ou em gêneros alimentícios, a critério da empresa, no valor mínimo de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O benefício previsto nesta cláusula estende-se aos empregados que estiverem em gozo de licença médica em consequência de acidente de trabalho, licença gestação e durante as férias anuais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O benefício previsto nesta cláusula não tem natureza salarial nem constitui base previdenciária, tributária ou para efeitos do FGTS, sendo concedido nos termos da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador e, com a concordância expressa das partes, para compor as demais condições previstas no PAT, haverá um desconto mensal de R\$ 0,01 (um centavo de real) de cada trabalhador que receber o benefício.

## Auxílio Transporte

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO TRANSPORTE

As empresas fornecerão vale-transporte a todos os empregados, em efetivo exercício, que se cadastrarem para receber o benefício, descontando-se o valor correspondente a 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do salário nominal dos empregados para custeio do programa do vale transporte instituído pela Lei nº 7.619/1987 e Lei nº 7.418/1985.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Quando as empresas não fornecerem aos empregados o vale transporte com a antecedência necessária para o seu deslocamento no percurso empresa-residência-empresa, as suas eventuais ausências ao trabalho serão abonadas.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Os empregados obrigam-se, no prazo de 15 (quinze) dias, a comunicar as empresas eventual mudança de endereço residencial.

#### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSISTÊNCIA MÉDICA - ODONTOLÓGICA**

As empresas manterão convênio com clínicas e unidades hospitalares, de modo a assegurar assistência médica, odontológica e exames laboratoriais, aos seus empregados e dependentes assumindo o encargo de 50% (cinquenta por cento) do valor de custeio do plano de saúde.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nos casos em que não haja entidades médicas credenciadas nas cidades do interior nas quais as empresas mantenham empregados prestando serviço em caráter permanente, estas deverão interagir junto ao convenio médico no sentido de credenciar atendimento naquela localidade ou, no caso de alegada impossibilidade, providenciar outro convenio que assegure assistência médica aos seus empregados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso os empregados optem por um plano existente no convenio das empresas em valor superior ao adotado, a diferença será de sua total responsabilidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As empresas manterão a assistência médico-odontológica para os funcionários que estiverem de licença médica em consequência de auxílio doença, auxílio acidentário e licença maternidade, ocorrido a partir de 1º de maio de 2010.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As empresas assumirão os encargos para assistência médico-hospitalar referente aos empregados que venham a ser admitidos a partir de 1º de maio de 2008, no mesmo percentual mencionado no caput desta Cláusula.

#### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AUXÍLIO FUNERAL**

Na hipótese de falecimento do empregado, as empresas concederão uma ajuda de custo equivalente a 02 (dois) salários mínimos, com a finalidade de contribuir com a despesa de seu funeral.

#### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

As empresas contratarão, para todos os seus empregados, apólice de Seguro de Vida em Grupo, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no caso de morte por acidente de trabalho, e nos demais casos estabelecidos na apólice, sem ônus para os referidos empregados.

#### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS SERVIÇOS REALIZADOS FORA DO LOCAL DE TRABALHO**

Quando as empresas deslocarem seus empregados para exercerem suas atividades em cidades que distem mais de 60km do seu local de trabalho, deverão conceder 02 (dois) auxílios alimentação por cada dia ausente ou período superior a 12 (doze) horas, bem como, serão responsáveis pela hospedagem em pousada/hotel.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONVÊNIO COM FARMÁCIA**

As empresas assegurarão aos seus empregados a aquisição de medicamentos através de convênios firmados com farmácias, desde que apresentada receita médica, sendo o valor das compras descontado em folha de pagamento mensal, em três parcelas e sem correção.

**PARAGRAFO ÚNICO** - As empresas estenderão esse convênio as farmácias que permaneçam abertas diariamente, por 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS INDENIZAÇÕES PELA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS**

O empregado que utilizar seu veículo para o desempenho de suas atribuições funcionais, desde que esteja a serviço e prévia e expressamente autorizado pela empregadora, receberá das empresas, a título de indenização, o valor mensal abaixo discriminado:

Veículo	Idade	Valor
Mille / Palió Economy	até 2 anos	R\$ 600,00
Demais modelos	até 2 anos	R\$ 500,00
Indiferente	3 a 4 anos	R\$ 440,00
Indiferente	acima de 5 anos	R\$ 380,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os valores especificados no caput desta cláusula destinam-se a fazer face à depreciação, manutenção, taxas, impostos incidentes sobre o veículo, tais como IPVA, Licenciamento e DPVAT e qualquer outra parcela decorrente do direito de propriedade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento das indenizações acima indicadas será realizado pelas empresas através de depósito bancário ou mediante a assinatura de Recibo de Pagamento de Indenização pelo empregado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os valores decorrentes das indenizações indicadas nesta Cláusula têm natureza indenizatória (depreciação e manutenção de veículo), daí porque não se incorporam à remuneração do empregado para qualquer fim (CLT, § 2º, do art. 457).

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Normas Disciplinares**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ACIDENTES / MULTAS**

O empregado só poderá ser responsabilizado pelos prejuízos causados aos veículos da empresa e/ou terceiros, quando, comprovadamente, houver atos de negligência, imperícia ou imprudência, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sendo ainda assegurado, direito de defesa e acompanhamento de sindicância.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Os empregados não serão responsabilizados pelas multas ocasionadas por estacionamento proibido, aplicadas aos veículos sob sua responsabilidade, quando estiverem nas rotas de serviço.

## **Políticas de Manutenção do Emprego**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA DISPONIBILIDADE**

Desde que devidamente comprovada a suspensão ou redução parcial dos serviços junto à empresa tomadora de serviços, fica facultado as empresas, enquanto perdurar a situação, a colocação de funcionários e disponibilidade, assegurando-se o pagamento de seus salários, sem qualquer outra vantagem.

#### **Estabilidade Mãe**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS DA GESTANTE E LACTANTE**

As empresas se comprometem a dar garantia de emprego às empregadas gestantes desde a confirmação da gravidez até que a criança complete 07 (sete) meses de vida. Esta garantia estende-se às mães adotivas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - De forma a cumprir o disposto no Art. 389, §§ 1º e 2º da CLT, e na Portaria nº 3.296/86 do Ministério do Trabalho e Emprego, a empresa pagará às empregadas lactantes, do primeiro dia após o término da licença-maternidade até o sexto mês completo de vida do filho natural ou adotado, o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais, a título de auxílio-creche, sem natureza salarial para qualquer fim.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Duração e Horário**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho dos empregados será de 40(quarenta) horas semanais, devendo se utilizar para cálculo das horas extras o coeficiente de 200 (duzentas) horas mensais.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA JORNADA DE 36 HORAS SEMANAIS**

Os empregados exercentes das funções de despachantes, facilitadores, teleatendentes, telefonistas e operadores de PABX, que trabalham permanentemente com aparelhos de fone de ouvido e terminal de vídeo computador, terão a sua jornada de trabalho fixada em 36 (trinta e seis) horas semanais.

#### **Prorrogação/Redução de Jornada**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS HORAS EXTRAS**

A jornada normal de trabalho será acrescida no máximo em 2 (duas) horas extras diárias, devendo essas horas extras, ser remuneradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora

normal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Excepcionalmente, a jornada de trabalho do empregado poderá ultrapassar o limite previsto nesta Cláusula, e nesta hipótese a remuneração das horas extraordinárias terá o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal de trabalho.

#### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA MARCAÇÃO DO PONTO INTRAJORNADAS**

As empresas liberarão seus empregados do registro de ponto no horário de intervalo para a alimentação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas poderão substituir o controle de ponto manual pelo controle de jornada eletrônico via remotamente, através de celular/telefone fixo, dos sistemas da Empresa/Clientes, inclusive para os empregados que exerçam atividades externas.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOS FERIADOS**

Os feriados municipais ocorridos na filial de Olinda serão estendidos a todos os empregados vinculados à referida filial, independente de estarem prestando serviços em localidades diversas; os feriados Municipais das outras localidades, não serão aplicados aos empregados vinculados à filial de Olinda; os feriados Estaduais e Federais serão respeitados.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

##### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS FARDAMENTOS**

As empresas se comprometem a fornecer aos seus empregados, no período de 01 (um) ano, 02 (dois) jogos completos de fardamentos compostos de 01 (um) par de botas, 02 (duas) calças, 02 (duas) batas e 03 (três) camisetas, devendo os mesmos mantê-los em condições de higiene, respondendo pela perda ou extravio das peças.

#### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA CIPA**

As empresas observarão com rigor às normas concernentes a eleição e funcionamento das CIPA'S, dando publicidade a todos os seus atos através de quadros de aviso afixados em local visível e dando previa comunicação das eleições ao sindicato obreiro.

#### **Exames Médicos**



## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS**

As empresas realizarão exames médicos periódicos na forma prevista na NR-7, do MTE.

### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO LIVRE TRÂNSITO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

A diretoria do sindicato da categoria profissional terá acesso às dependências das empresas, fora do expediente normal de trabalho, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da categoria, ficando vedada a divulgação de matéria político-partidária e ofensiva.

#### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS DIRIGENTES SINDICAIS**

As empresas que possuem no seu quadro funcional, membros efetivos da diretoria da entidade obreira, liberarão até 03 (três) empregados dirigentes, até uma vez por semana, para participarem de reunião da diretoria daquela entidade, sem qualquer prejuízo de seus salários e outras vantagens do cargo.

### **Contribuições Sindicais**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA MENSALIDADE SINDICAL**

As empresas descontarão em folha de pagamento de seus empregados associados ao sindicato profissional, as mensalidades sociais e demais contribuições estabelecidas pela Assembléia da Categoria, que serão repassadas ao Sindicato até o último dia útil do mês correspondente ao desconto, acompanhadas de relação nominal e dos valores descontados mediante prévia autorização do empregado.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - REUNIÕES TRIMESTRAIS**

As partes reunir-se-ão trimestralmente visando o acompanhamento da presente Convenção, bem como discussão de eventuais problemas envolvendo o setor.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS**

As empresas concordam com a realização de eleição para escolha de representantes dos seus empregados ligados aos setores de serviço de manutenção de redes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os representantes, 03 (três) por empresa, serão eleitos em escrutínio secreto e por maioria de votos dos demais empregados interessados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os representantes eleitos não poderão sofrer despedida arbitrária durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, entendendo com tal a que não se fundar em motivo disciplinar, devidamente comprovada ou justa causa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As empresas comprometem-se a liberar um dirigente sindical eleito, por empresa, para exercício das atividades sindicais sem prejuízo de sua remuneração.

### **Disposições Gerais**

#### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DAS CONTROVÉRSIAS**

As controvérsias, porventura resultantes da aplicação ou interpretação da presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho da 6ª Região.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS PENALIDADES**

Em caso de descumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho, as partes signatárias negociarão a solução antes de adotarem qualquer outro procedimento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de não se chegar a acordo, estabelece-se o valor único de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) como multa por descumprimento do acordo, independentemente do número de empregados atingidos, reversível à parte prejudicada.

#### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA PRORROGAÇÃO, REVISÃO OU RENÚNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá seu processo de prorrogação, revisão ou renúncia, ou ainda, revogação parcial ou total, subordinadas às normas estabelecidas no Art. 615 da CLT.

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETO**

Funda-se esta Convenção Coletiva de Trabalho, no disposto no artigo 611 da CLT e demais legislação incidente, tem por objeto a concessão de reajuste salarial e estipulação de condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas atribuições, especialmente às relações individuais de trabalho mantidas entre as empresas prestadoras de instalação e manutenção de redes telefônicas, com

atividades na base territorial do Estado do Pernambuco e seus respectivos empregados.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - TELEFONISTAS**

Somente serão aplicadas às exercentes da função de telefonista as Cláusulas adiante relacionadas da presente Convenção Coletiva de Trabalho: Primeira, Segunda, Terceira, Sexta, Décima Terceira, Décima Quinta, Vigésima Quinta, Trigésima Segunda, Trigésima Quarta, Trigésima Sétima e Trigésima Oitava.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho será depositada na Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco, na forma da legislação de regência.

MILTON DOS REIS GOMES

Presidente

SINDIC DA IND DE INST MANUT DE REDES E TELECOMUNICACAO

MARCELO BELTRAO CORREIA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICACOES DE PE